

A Nona Rodada e o amadurecimento do mercado de petróleo e gás no Brasil

Terminada a Nona Rodada de Licitações promovida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o mercado vive um tradicional momento de euforia que sempre marcou estas licitações. Enquanto a Agência comemora os bons resultados obtidos no leilão, as empresas discutem a oportunidade dos negócios fechados, e a indústria dos prestadores de serviços vive a expectativa de novas oportunidades nas áreas recém adquiridas. Dez anos após a edição da Lei 9.478, que determinou a quebra do monopólio de exploração de petróleo e gás natural no Brasil, algumas questões se colocam quanto ao futuro da indústria no país.

A Nona Rodada foi alardeada como um sucesso de participação. Antes mesmo de iniciados os leilões para a outorga dos contratos de concessão para a exploração dos blocos, já era expressivo o número de empresas interessadas. No total, 74 empresas buscaram a habilitação para a participação nos leilões, das quais 66 foram efetivamente qualificadas. Dessas, 32 empresas eram empresas brasileiras e 34 estrangeiras.

Apesar de o leilão ter sido marcado para os dias 27 e 28 de novembro, no dia 8 daquele mesmo mês o Conselho Nacional de Política Energética tomou a polêmica decisão de retirada de 41 blocos da Rodada em função do anúncio da descoberta do megacampo de Tupi. Com isso, o número de blocos ofertados caiu para 271, sendo que os excluídos ficavam nas bacias de Campos e Espírito Santo, áreas de maior interesse comercial. É certo que a decisão do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), acolhida pela ANP, tem respaldo legal, visto que a ANP sempre teve a prerrogativa de alteração do número de blocos em licitação até o momento da apresentação das ofertas, porém, a grande questão seria a respeito do custo político da referida decisão. Afinal, em um país marcado pela insegurança jurídica histórica, não é bom sinal ter as regras modificadas repentinamente às vésperas da realização da rodada, sobretudo porque já se sabia da existência do campo há alguns meses.

Restou evidente que a retirada dos 41 blocos causou imediato desinteresse das empresas habilitadas. Embora a arrecadação com a taxa de participação tenha sido recorde (R\$ 2,109 bilhões), a expectativa era de um ganho aproximado de R\$ 6 a 8 bilhões (se as mesmas fossem mantidas na licitação). Além desta perda, comenta-se que a ANP também deverá devolver cerca de R\$ 5 milhões dos valores pagos a título de aquisição de dados dos referidos blocos por 24 empresas.

Não obstante o impacto causado pela decisão do CNPE, a ANP comemorou os bons resultados do leilão. Além disso, destaca-se a força da entrada de *players* como a mineradora Companhia Vale do Rio Doce e, principalmente, a OGX Ltda., que foi recordista no valor desembolsado para a arrematação de blocos exploratórios, pela primeira vez desbancando o predomínio da Petrobras.

Atualmente, discute-se a retomada da Oitava Rodada de Licitações, frustrantemente interrompida por uma liminar obtida pela deputada federal Clair da Flora Martins (PT/PR), no dia da realização do evento, em novembro de 2006. É possível que a conclusão desta licitação ocorra no início de 2009.

O mercado de exploração e produção de petróleo no Brasil vem atingindo respeitável grau de amadurecimento ao longo dos últimos anos. Há dez anos, com a edição da Lei do Petróleo e a conseqüente flexibilização do mercado de petróleo e gás natural, que antes estava restrito à Petrobras, a economia brasileira ainda engatinhava em sua estabilidade e o setor regulatório era experimental e instável diante de um recente quadro de privatização dos serviços públicos promovido nos anos 1990. Com a criação das agências reguladoras, foi possível despolitizar o processo de regulação, contratação



Foto: Divulgação

e fiscalização de determinadas atividades econômicas, antes sujeitas aos inconstantes interesses dos institutos políticos nacionais.

Hoje, as agências reguladoras brasileiras já se firmaram como organismos capazes de garantir um grau de estabilidade confortante ao investidor nacional ou estrangeiro que resolver apostar as suas fichas no Brasil. Especialmente a ANP conquistou esse respeito no mercado, demonstrando coerência e constância que até então eram incomuns ao setor público. Isto possibilitou a instalação e o desenvolvimento de uma indústria petrolífera sólida, em plena harmonia com o mercado mundial.

A fase atual do mercado brasileiro coincide com um aquecimento global da indústria do petróleo, puxado sobretudo pela hipervalorização do petróleo nos últimos meses (lembramos que o barril do petróleo tipo Brent era negociado a pouco mais US\$ 50 no início do ano, e atualmente a cotação ronda a casa dos US\$ 100 por barril).

Também relevante é a mudança de fase dos blocos ofertados nas primeiras rodadas de licitações: muitos deles já ingressaram em fase de desenvolvimento ou produção, iniciando assim um novo ciclo na indústria. Enquanto antes a maioria esmagadora de contratações era feita pela Petrobras, atualmente percebe-se uma diversificação de empresas contratantes, o que gera maior demanda para as empresas prestadoras de serviços. Em alguns casos, há fila de espera de meses por equipamentos mais escassos e complexos, como o aluguel de sondas e embarcações, assim como para a construção de plataformas. Do ponto de vista das empresas concessionárias, o ingresso na fase de desenvolvimento e produção gera a necessidade de maiores investimentos em contratações locais e preparação de mão-de-obra qualificada.

Em dez anos, a indústria brasileira investiu, se modernizou, diversas empresas nacionais e estrangeiras aqui instaladas atingiram um nível de excelência compatível com o praticado nos países desenvolvidos. Não apenas as maiores indústrias do setor de prestação de serviços expandiram sua presença interna, como várias empresas locais foram constituídas para atender à demanda das novas concessionárias com atuação no Brasil em adição a maior e mais antiga delas, a Petrobras. Essas empresas investiram pesado no parque industrial brasileiro, na capacitação de profissionais e em novas tecnologias necessárias

a atender a uma demanda cada vez mais exigente de comprometimento com os padrões internacionais de qualidade.

Como se não bastassem todos os fatores favoráveis mencionados no presente texto, há que se ressaltar a estupenda fase da economia mundial de um modo geral, que navega em céu de brigadeiro há algum tempo. Muito embora a crise dos créditos imobiliários *subprime* norte-americanos tenha vindo nos tirar um pouco o sono e nos lembrar que os ciclos econômicos exigem períodos de retração, o momento é de otimismo. Devemos lembrar que o mercado petrolífero 'sobreviveu' a diversas turbulências ao longo dos últimos anos, como a crise cambial de 1999, a crise energética que culminou no apagão de 2001 e a crise do gás boliviano ocorrida este ano.

O momento favorável consolidou-se com a recente confirmação do potencial do campo de Tupi, que terá a capacidade de produção estimada em 5 a 8 bilhões de barris de óleo equivalente. Trata-se do maior campo já descoberto no Brasil e, apesar dos altos custos de produção devido ao posicionamento na camada pré-sal, tudo indica que a produção reforçará a auto-suficiência brasileira na produção de petróleo. A descoberta do campo de Tupi tem especial relevância graças ao momento de consolidação da indústria petrolífera brasileira como opção viável de investimentos, amadurecida pela estabilidade regulatória, isenta de partidarismos, embora sujeita às oscilações da política energética do país.

Neste marco de uma década há muito o que se comemorar. Projeta-se para o futuro, senão um aumento do mercado, ao menos uma respeitável estabilidade, o que é motivo para celebração em face do consenso geral sobre a redução dos níveis mundiais de reservas petrolíferas.

Porém, para acompanhar este ritmo, além de todo o incremento da infra-estrutura nacional (sempre necessária, porém agora urgente, se o Brasil quiser realmente acompanhar o crescimento mundial), será necessário um constante investimento e atualização do parque industrial brasileiro voltado para a indústria do petróleo e gás, que demandará mão-de-obra especializada, e máquinas e aparelhos compatíveis com a moderna tecnologia. Há ainda que se investir pesadamente em mão-de-obra especializada e sobretudo cobrar dos políticos responsáveis a tão discutida reforma política tributária, necessária à economia brasileira de modo geral. ■